

# CROÁCIA

## REPÚBLICA DA CROÁCIA

Chefe de Estado:	<b>Ivo Josipović</b>
Chefe de Governo:	<b>Zoran Milanović (substituiu Jadranka Kosor em dezembro)</b>
Penal de morte:	<b>abolicionista para todos os crimes</b>
População:	<b>4,4 milhões</b>
Esperança média de vida:	<b>76,6 anos</b>
Taxa de mortalidade – menores de 5 anos:	<b>5,4 por 1000</b>
Taxa de literacia nos adultos:	<b>98,8 por cento</b>

O progresso no julgamento dos crimes contra a lei internacional cometidos durante a guerra de 1991-1995 foi lento. Muitos crimes alegadamente cometidos por membros do Exército Croata e das forças policiais contra croatas-sérvios continuavam por punir. O presidente e as autoridades judiciais deram alguns passos no sentido de enfrentar o legado da guerra, mas o governo pouco fez. Pelo contrário, políticos proeminentes atacaram os veredictos dos tribunais internacionais. A discriminação contra ciganos, croatas-sérvios e pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgénero continuou.

### Antecedentes

Em dezembro, a Croácia assinou o Tratado de Adesão à UE. A adesão da Croácia à UE estava prevista para 1 de julho de 2013. A UE continuou a monitorizar, entre outros aspetos, a implementação dos compromissos da Croácia em acabar com a impunidade para os crimes contra a lei internacional cometidos durante a guerra de 1991-1995.

### Sistema judicial

O progresso no julgamento dos crimes contra a lei internacional cometidos durante a guerra continuou a ser lento.

Em abril, o gabinete do Procurador Estatal começou a delinear a implementação da Estratégia para a Investigação e Julgamento de Crimes de Guerra, aprovada pelo governo em fevereiro. Em maio, tribunais especializados em Osijek, Rijeka e Split estavam operacionais, além do tribunal já existente em Zagreb, para julgar os casos mais importantes.

Contudo, a capacidade para julgar os crimes contra a lei internacional continuou a ser reduzida, com apenas cinco veredictos finais emitidos durante o ano. Havia aproximadamente 540 casos na fase pré-instrução, em que os culpados ainda não tinham sido identificados.

O Código Penal de 1993 continuou a ser aplicado nestes casos, embora não estivesse de acordo com os padrões internacionais. O Código não dispunha de definições claras de conceitos criminais cruciais, como o princípio da responsabilidade de comando, crimes de violência sexual num contexto de guerra e crimes contra a humanidade. A sua aplicação resultou na impunidade de muitos crimes.

Foram feitos alguns progressos na prestação de apoio psicológico às testemunhas, mas as medidas de proteção das mesmas continuaram a ser desadequadas. Os responsáveis pela intimidação de testemunhas não foram trazidos perante a justiça.

■ Não foi feita a devida investigação à morte de Milan Levar, uma potencial testemunha do Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia (Tribunal), que tinha também feito campanha por justiça para as vítimas da guerra. Em agosto de 2000, foi morto na explosão de uma bomba colocada sob o seu carro, após ter dito à imprensa que Mirko Norac e outros altos responsáveis tinham sido responsáveis por crimes contra a população croata-sérvia na região de Lika.

As autoridades não concederam reparação às vítimas de crimes ao abrigo da lei internacional e respetivas famílias. As sobreviventes de crimes de violência sexual não tiveram direito a assistência psicológica ou outros apoios. Muitos dos perpetradores gozaram de impunidade.

As autoridades judiciais fizeram alguns progressos no julgamento de crimes contra a lei internacional cometidos contra croatas-sérvios. Foram abertas várias investigações, incluindo duas aos crimes cometidos em Sisak e Pakračka Poljana.

■ Em junho, foi aberta uma investigação contra três homens pela morte de civis croatas-sérvios na localidade de Sisak, entre 1991 e 1992. Um deles era Đuro Brodarac, o comandante da polícia de Sisak durante a guerra. Os três suspeitos foram colocados sob detenção. Đuro Brodarac morreu sob custódia em julho.

■ Em junho, Tomislav Merčep, antigo conselheiro do Ministro do Interior e comandante da unidade especial de reserva do Ministério, foi acusado. Estava detido desde dezembro de 2010. A acusação era de que, devido às suas ordens e omissões, 43 civis croatas-sérvios da região de Zagreb e Pakračka Poljana foram mortos ou desapareceram.

Também em junho, o Procurador Estatal acusou seis indivíduos de crimes contra a lei internacional cometidos durante a "Operação Tempestade" em 1995, embora ninguém tivesse sido julgado até ao final do ano. Um foi acusado por responsabilidade de comando. Segundo o Comité Croata de Helsínquia para os Direitos Humanos, pelo menos 677 pessoas foram mortas na "Operação Tempestade".

Apesar da existência de informação disponível ao público, as alegações contra alguns proeminentes responsáveis militares e políticos não foram investigadas. Entre estas incluíam-se as alegações contra o vice-presidente do Parlamento croata, Vladimir Šeks, por responsabilidade de comando pelos crimes cometidos na Eslavónia Oriental em 1991. As alegações contra ele foram baseadas em informações resultantes do processo judicial contra Branimir Glavaš. Um general do Exército Croata, Davor Domazet-Lošo, foi igualmente acusado de alegada responsabilidade de comando pelos crimes cometidos em 1993, na Bolsa de Međak. As alegações foram baseadas nos processos judiciais contra os generais Rahim Ademi e Mirko Norac.

Em outubro, o Parlamento aprovou uma lei que deixaria sem efeito as acusações e outros atos legais quando emitidas pelas autoridades da Sérvia, ex-Jugoslávia e pelo Exército Nacional Jugoslavo (JNA) contra cidadãos croatas por crimes contra a lei internacional cometidos no território da República da Croácia. A lei foi aprovada

depois de as autoridades judiciais sérvias terem pedido a colaboração do Procurador Estatal da Croácia no processamento de acusações emitidas pelo Procurador Militar do JNA em 1992. Estas incluíam acusações de crimes contra a lei internacional cometidas pelas forças militares e policiais croatas em Gospić. Entre os acusados estava Vladimir Šeks.

A lei violava a obrigação da Croácia em cooperar com a República da Sérvia em assuntos criminais. A lei podia resultar na impunidade dos crimes contra a lei internacional cometidos por cidadãos croatas se a Croácia recusasse julgá-los ou extraditá-los. Em outubro o presidente anunciou que iria pedir ao Tribunal Constitucional para apreciar a compatibilidade da lei com a Constituição.

A lei permitiria às autoridades judiciais ignorar os pedidos de assistência jurídica da República da Sérvia em processos criminais se o facto de colaborar contrariasse a lei croata e colocasse em causa a soberania e segurança do país. O Ministro da Justiça, que estava autorizado a decidir como responder a estes pedidos, tinha poder para recusar as acusações emitidas pelas autoridades judiciais sérvias.

■ Em setembro, o Ministro da Justiça libertou Mirko Norac após este ter cumprido mais de dois terços da sua pena de 15 anos de prisão por crimes de guerra, incluindo homicídio, tratamento desumano, saque e destruição gratuita de propriedade, contra civis croatas-sérvios e prisioneiros de guerra durante operações militares em 1993.

■ Branimir Glavaš, condenado em 2010, continuou a cumprir uma pena de cinco anos de prisão por crimes contra a lei internacional cometidos contra croatas-sérvios em Osijek.

### **Justiça internacional**

Cinco casos relacionados com crimes contra a lei internacional cometidos no território croata durante a guerra de 1991-1995 encontravam-se pendentes no Tribunal de Haia.

■ Em abril, o Tribunal condenou dois generais, Ante Gotovina e Mladen Markač, por crimes contra a humanidade e crimes de guerra. Foram considerados culpados de participar numa associação criminosa durante e depois da "Operação Tempestade", entre agosto e novembro de 1995, com o objetivo de remover a população de etnia sérvia da região croata da Krajina.

O Tribunal considerou que as forças militares e a Polícia Especial foram responsáveis por "um grande número de crimes" contra a população sérvia durante a "Operação Tempestade". Na altura, Ante Gotovina tinha a patente de coronel-general do Exército Croata e era o comandante da Região Militar de Split. Mladen Markač era ministro-adjunto do Interior encarregue de assuntos relacionados com a Polícia Especial. Foram condenados por perseguição, deportação, saque, destruição gratuita, homicídio, atos desumanos e tratamento cruel da população civil sérvia. Foram condenados a 24 e 18 anos de prisão, respetivamente.

Responsáveis governamentais rejeitaram imediatamente o veredicto do tribunal. O primeiro-ministro afirmou repetidamente que o governo croata considerava o veredicto inaceitável e que a nação croata se devia orgulhar de todos os que participaram na operação e contribuíram para a vitória croata. Em maio, ambos os generais recorreram da sentença.

■ Prosseguiu o julgamento de Vojislav Šešelj, que era acusado de crimes na Bósnia e Herzegovina, na Croácia e na província da Vojvodina, na Sérvia. Era acusado de crimes contra a humanidade, incluindo perseguição por motivos políticos, raciais ou religiosos, deportação e atos desumanos. Era ainda acusado de crimes de guerra, incluindo homicídio, tortura, tratamento cruel, destruição gratuita de aldeias ou devastação não justificada por motivos militares, destruição deliberada de instituições religiosas ou educativas e pilhagem de propriedade pública e privada. Em outubro, a Câmara de Julgamento considerou-o culpado de desrespeito por divulgar informações confidenciais sobre testemunhas protegidas, e condenou-o a 18 meses de prisão.

■ Em julho, Goran Hadžić foi preso na Sérvia por crimes contra a humanidade e crimes de guerra na província croata da Eslavónia Oriental. Foi transferido para o Tribunal, onde aguardava julgamento no final do ano. Goran Hadžić tinha sido presidente da autoproclamada República Croata-Sérvia da Krajina. As acusações incluíam, entre outras, extermínio, homicídio, tortura, aprisionamento e perseguição por motivos políticos, raciais ou religiosos.

## **Discriminação**

### **Minorias étnicas**

Os ciganos continuaram a ser discriminados no acesso aos seus direitos económicos e sociais, incluindo à educação, emprego e habitação. As medidas tomadas pelas autoridades continuaram a ser insuficientes.

As autoridades não implementaram o veredicto do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem no caso *Oršuš e Outros v. Croácia*, anunciado em 2010. O Tribunal concluíra que a colocação, em 2002, de 14 crianças ciganas em turmas separadas devido à sua dificuldade com a língua croata tinha sido equivalente a discriminação por motivos étnicos.

Os croatas-sérvios continuaram a enfrentar discriminação, principalmente no acesso a uma habitação adequada. Durante a Revisão Periódica Universal da Croácia, em novembro de 2010, vários países recomendaram que o país adotasse medidas para combater a discriminação das minorias étnicas. A Croácia apoiou as recomendações para reforçar os seus esforços com vista a combater a discriminação racial contra a minoria sérvia, principalmente na área da habitação, e para reforçar as medidas de integração da minoria sérvia na sociedade croata.

### **Direitos das pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgénero**

Teve lugar em junho a primeira tentativa de realizar uma marcha do Orgulho Gay em Split. Ativistas dos direitos das pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgénero (LGBT) tinham organizado a marcha para exigir direitos iguais para os casais do mesmo sexo e o fim da discriminação generalizada que sofre a comunidade LGBT na Croácia. Contudo, a marcha foi interrompida pela violência. Pelo menos cinco participantes ficaram feridos quando contra-manifestantes de grupos de extrema-direita atiraram pedras e outros projéteis. Um deles foi hospitalizado com ferimentos na cabeça.

A polícia não protegeu devidamente os manifestantes e o desfile teve de ser interrompido. Quarenta e quatro pessoas foram julgadas pelas autoridades em Split por crimes cometidos contra os participantes na marcha.

Uma semana depois dos violentos acontecimentos de Split, a marcha anual do Orgulho Gay em Zagreb decorreu sem incidentes graves.

### **Visitas/Relatórios da Amnistia Internacional**

📄 Submission to the Committee of Ministers of the Council of Europe on Oršuš and Others v. Croatia (EUR 64/007/2011)

📄 Briefing to the European Commission on the progress made by the Republic of Croatia on prosecution of war crimes (EUR 64/008/2011)

📄 Croatia: The state must ensure the right to free assembly and expression (EUR 64/009/2011)

📄 Croatia: Praise for “Operation Storm” creates climate of impunity (EUR 64/010/2011)

📄 Briefing to the European Commission on the ongoing concerns over impunity for war crimes in Croatia (EUR 64/011/2011)